



Correio Braziliense – 07 Nov 2004

## Leilão definirá investimentos para o setor elétrico

O megaleilão de energia que acontecerá no dia 7 de dezembro acendeu uma luz no setor elétrico, ainda que os investidores reclamem da forma como será cobrada a eletricidade e que um compromisso assumido pelo governo foi rompido. O simples fato de a data do remate ter sido definida e de as regras estarem estabelecidas fortalecem o setor, que conhece agora todos os riscos do jogo. Por outro lado, a troca do índice de atualização dos contratos, de IGP-M para IPCA, e a exclusão, na última hora, da oferta da energia que deveria ser entregue a partir de 2008 e de 2009 fizeram chover críticas ao leilão, o maior do tipo já realizado no mundo, que pode movimentar cerca de R\$ 280 bilhões.

Pelas regras do novo modelo do setor elétrico, toda a energia existente deve estar contratada (vendida aos distribuidores) antes que a energia nova seja ofertada. Energia existente, também chamada de velha, é aquela que já pode ser produzida por usinas hidrelétricas e termelétricas. A nova é a que será fornecida por empreendimentos que estão em andamento ou que já têm, pelo menos, a licença ambiental prévia para a construção.

Especialistas acreditam que o sucesso ou o fracasso da licitação de dezembro demonstrará se o governo estava certo ou errado na formulação do novo modelo para o setor. Se estiver certo, aumentam as chances de investimentos privados em uma área onde o retorno financeiro só vem a longo prazo.

“Na minha avaliação, o leilão resultará em algo positivo, criando um ambiente para que o de energia nova também seja”, afirma Altino Ventura Filho, ex-presidente da Eletrobrás e hoje consultor da Orion Associados. O remate de energia nova ainda não tem data definida, mas deverá acontecer no primeiro trimestre de 2005.

### Queixas

A troca do IGP-M, que afere melhor as oscilações do câmbio, pelo IPCA tem sido duramente criticada pelos investidores. “O índice usado pelos financiadores é o IGPM. Se não for esse o índice dos contratos do leilão, as empresas terão de fazer hedge (compra de dólar para evitar perdas com eventual desvalorização do real) e isso poderá ser repassado às tarifas”, alerta o presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Sales.

O problema existe só no curto prazo. Ao longo do tempo, as curvas dos dois índices são muito parecidas. Segundo estudos da CBIEE, a diferença entre IGP-M e IPCA nos últimos 40 anos foi de míseros 0,014%. Quanto à exclusão da oferta de energia que seria entregue a partir de 2008 e de 2009, os investidores acreditam que ela fere o compromisso assumido pelas autoridades no decreto que regulamentou o setor. “Existe o compromisso do governo com os agentes do setor de que antes de a energia nova ser contratada, toda a velha será vendida”, afirma Sales.